

Petrolin@



XIV Congresso reforça a importância da categoria petroleira na luta por uma transição energética justa

Foram três dias de intensos debates e reflexões em Salvador, onde ocorreu o XIV Congresso das Petroleiras e Petroleiros da Bahia, entre 6 e 8 de junho. A síntese principal foi a importância da unidade e da força da categoria petroleira na luta pelos seus direitos e na garantia da justiça social em um momento de transição que se aproxima nos setores de petróleo e gás e de energia.

Com mais de 200 delegados(as) credenciados(as) da capital e das 12 subseções no interior da Bahia, sendo 70% de aposentados(as) e pensionistas, o XIV Congresso definiu serem pautas prioritárias a luta por mais investimentos da Petrobrás no estado, a manutenção de direitos já conquistados pela categoria e a promoção de mais segurança e melhores condições de trabalho, especialmente para trabalhadores(as) terceirizados(as).

As pautas de seguridade social também tiveram destaque no XIV Congresso. O fim dos equa-



cionamentos dos Planos Petros do Sistema Petrobrás (PPSPs) dos pré-70, repactuados e não repactuados (PPSP-R e PPSP-NR), e o retorno ao modelo autogestionado do plano de saúde da AMS (gerido diretamente pelo RH da Petrobrás) foram as reivindicações mais importantes.

Agora, a delegação da Bahia, com 16 integrantes eleitos entre os(as) delegados(as) do congresso, vai participar da 12ª Plenária da FUP (Plenafup), que ocorre entre 4 e 7 de agosto em Recife. É na Plenafup onde serão definidas as propostas que serão levadas para negociação

do próximo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da Petrobrás e suas subsidiárias, mas também os próximos passos da luta da categoria petroleira em relação à Petros, à APS e à gestão do plano de saúde da AMS.



Eleição da Petros: candidatos agradecem e apontam os próximos passos

PÁGINA 02

Leia o artigo da coordenadora do Sindipetro-BA sobre a transição energética

PÁGINA 03



ELEIÇÃO DA PETROS

Candidatos apoiados por trabalhadores(as) agradecem votação e reafirmam compromisso com as lutas da categoria

Os candidatos apoiados pela FUP e seus sindicatos filiados, e demais entidades que compõem o Fórum em Defesa dos Participantes da Petros, agradecem os petroleiros e petroleiras que votaram nas duplas 51 e 62 para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da nossa Fundação. Os companheiros e companheiras que disputaram essa eleição reafirmam o seu compromisso de seguirem firmes e unidos na luta pelo fim dos equacionamentos dos PPSPs pós-70, repactuados e não repactuados, e na defesa intransigente das pautas históricas da categoria petroleira.

Candidato ao Conselho Fiscal, o diretor da FUP e do Sindipetro Bahia, Paulo César Martin, agradeceu os votos conquistados pela chapa Petros Para os Participantes e ressaltou que o momento agora é de dedicação total à busca de uma solução definitiva para os equacionamentos. A negociação do próximo ACT 2025 / 2027 e a necessária mudança no estatuto da Saúde Petrobrás (APS) também foram destacadas como prioridade (leia mais sobre o boicote à eleição da APS na página 4).

Pleito para escolha de representantes dos planos se aproxima

As inscrições já estão abertas para os participantes e assistidos se candidatarem aos Comitês Consultivos dos Planos de Benefícios da Petros (Comcob's). Os Comcob's são colegiados formados por três duplas (titular e suplente) de cada plano administrado pela Petros: duas duplas indicadas pelas diretorias da Petrobrás e da Petros, e uma dupla eleita pelos participantes e assistidos de cada plano.

Os Comcob's são uma conquista da FUP e seus sindicatos filiados no Acordo de Recíprocas assinado em 2007 com a Petrobrás e demais empresas patrocinadoras. Eles auxiliam no acompanhamento e na gestão, de forma mais transparente e participativa, dos

planos patrocinados pela Petrobrás (4 PPSPs, PP-2 e PP-3), pela BR-Distribuidora / Vibra (Flexprev) e pela empresa de saneamento Sanasa (Misto Sanasa). Os Comcob's, porém, não têm caráter decisório nem deliberativo, eles são apenas consultivos.

Os(as) participantes e assistidos aptos(as) podem votar nos candidatos de cada um dos planos dos quais fazem parte. Para se candidatar ao mandato de quatro anos dos Comcob's, no entanto, é preciso escolher apenas um plano do qual deseja ser representante. As inscrições terminam no dia 30 de julho, e as eleições devem acontecer entre os dias 13 e 27 de outubro.

COMO SE INSCREVER

Acesse o tutorial e confira todos os passos para inscrever uma dupla candidata



NEWS GIRO DE NOTÍCIAS



Categoria celebra independência da Bahia e do Brasil

Em tempos de ataque à soberania brasileira, petroleiros e petroleiras foram às ruas no 2 de Julho reforçar a importância da Bahia para o desenvolvimento nacional e reivindicar que a RLAM e a BR Distribuidora retornem para quem as construiu: o povo brasileiro.



Seminário define agenda energética dos movimentos sociais para a COP30

Dirigentes do Sindipetro-BA participaram de seminário proposto pela FUP e outros movimentos sociais para definir uma agenda energética para a COP30. O seminário, ocorrido em Salvador nos dias 14 e 15 de julho, detalhou pontos prioritários para uma transição energética justa e participativa.

Um novo horizonte energético justo passa pelas mãos da classe trabalhadora

Por *Elizabete Sacramento*, coordenadora geral do Sindipetro-BA

As análises e debates que constituíram o XIV Congresso das Petroleiras e Petroleiros da Bahia, ocorrido entre 6 e 8 de junho com o tema Lutar por Direitos em um Novo Horizonte Energético, se unificam em uma premissa: estamos diante de um momento crucial da indústria de petróleo e do setor de produção de energia, setores que impactam toda a cadeia produtiva da indústria e, por consequência, a vida de todas as pessoas do planeta.

O Governo Federal e as instituições e organizações que dirigem a sociedade brasileira precisam agir de maneira estratégica, plantando agora as sementes que serão colhidas nas próximas décadas. O Brasil, através da Petrobrás, deve se posicionar para assumir um protagonismo global neste novo horizonte estratégico que se apresenta, com maior diversidade das fontes de energia e ampliação da exploração de fontes tradicionais com responsabilidade ambiental e social. É preciso apostar em uma Petrobrás forte, que organize a reestatização de seus ativos privatizados, e que tenha clareza estratégica para preparar a expansão de suas operações.

Firmada essa visão, que está próxima mas ainda não chegou, o foco imediato é no



crescimento da produção do petróleo, explorando áreas de grande potencial, como ocorreu com o pré-sal, e agora se apresenta na margem equatorial. Essa expansão, que será garantida por uma intensificação na política de investimentos da Petrobras, precisa vir acompanhada da

valorização e garantia dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras da categoria petroleira. É fundamental que os lucros da empresa sejam reinvestidos no futuro do Brasil e repassados para quem constroi esse futuro agora, e para quem nos trouxe até aqui, com muito suor

e dedicação, seja nos poços, sondas, plataformas e em todas as áreas de produção e administração da estatal.

A categoria petroleira baiana finaliza seu XIV Congresso com a certeza de sua tarefa: organização, mobilização e disposição para as batalhas que se apresentam. Garantir direitos, conquistar avanços e assegurar uma vida digna para trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias fazem parte do cotidiano de luta da categoria. Neste ponto de virada para o novo horizonte energético, petroleiros e petroleiras também assumem o compromisso de lutar pelo desenvolvimento da indústria brasileira, posicionando o país na linha de frente da produção de petróleo e de energia renovável.

Consolidar a força trabalhadora! Fortalecer a Petrobrás e as empresas estatais! Construir o futuro da Bahia e do Brasil. E, o mais importante: impactar a vida de quem mais precisa, a classe trabalhadora.

**Elizabete Sacramento é graduada em Química, trabalhadora concursada da Transpetro e primeira mulher a ser coordenadora geral do Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras da Bahia.*

PetroCine encerra primeira temporada com sucesso; segunda já está confirmada

O PetroCine - Tela da Memória Petroleira finalizou seu primeiro ciclo de exhibições com casa cheia, no dia 11 de julho. Composto por 13 sessões que suscitaram reflexões sobre temas importantes para a classe trabalhadora e toda a sociedade, o projeto reuniu plateias diversas, somando petroleiros e petroleiras, população local e caravanas de projetos sociais e escolas. A primeira temporada teve apoio da Lei Paulo Gustavo, e a segunda já está confirmada com apoio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

Proposto pelo Coletivo da Luta Petroleira pela Cultura e Cidadania (LPC), este projeto foi contemplado nos Editais da Paulo Gustavo Bahia e tem apoio financeiro do Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura via Lei Paulo Gustavo, direcionada pelo Ministério da Cultura, Governo Federal. Paulo Gustavo Bahia (PGBA) foi criada para a efetivação das ações emergenciais de apoio ao setor cultural, visando cumprir a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.



Entidades sindicais orientam boicote às eleições da APS

Em protesto à falta de democracia no estatuto da APS (Saúde Petrobrás), as federações petroleiras (FUP e FNP) e a Conttmaf, dos marítimos, orientam mais uma vez seus associados(as) a não participarem das eleições para os Conselhos Deliberativo e Fiscal desta associação que administra o plano de saúde da categoria, que devem ocorrer em setembro.

O motivo é o mesmo de pleitos anteriores: apesar de participarem do custeio do plano, não há garantia de paridade nesses Conselhos para os representantes dos associados. Ou seja, os indicados pela patrocinadora associada, a Petrobrás, preenchem a maioria das vagas.

Essa orientação foi definida após não haver avanços no Grupo de Trabalho da AMS, criado em 2023 com o objetivo de alterar e democratizar seu estatuto e de reduzir os efeitos da mudança unilateral promovida pela gestão anterior da empresa, em 2019, quando o plano deixou de ser administrado pelo RH da Petrobrás e foi entregue à APS, associação criada sem diálogo com os trabalhadores.

Composto por FUP, FNP, Conttmaf e representantes da Petrobrás, o GT segue com dificuldades, demonstrando pouca vontade em estabelecer uma relação justa e democrática entre gestão e associados. A abstenção, mais uma vez, é uma ferramenta de resistência e pressão por uma reforma mais contundente na governança da APS.



Sindipetro
SINDICATO DOS PETROLEIROS E PETROLEIRAS DA BAHIA

BENEFÍCIO FARMÁCIA

Atendimento na sede do Sindipetro, em Salvador, somente com hora marcada

Agende através do telefone (71) 99666-8028

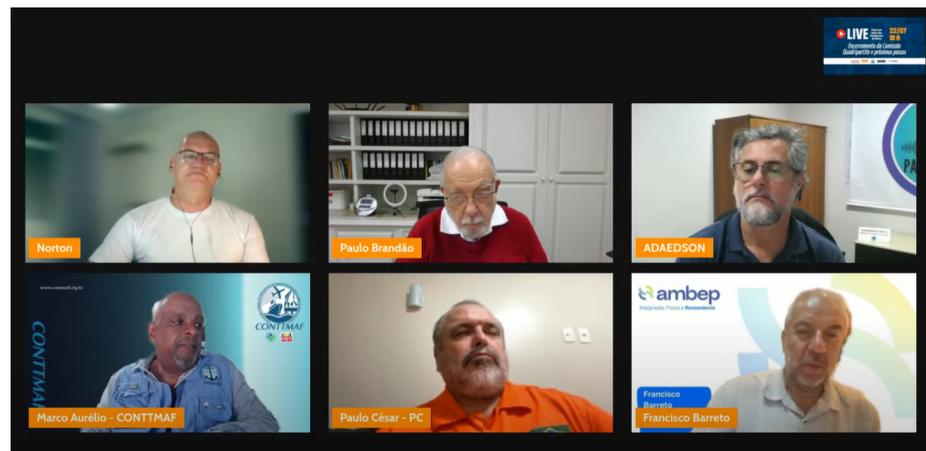
Exclusivo para associados e associadas ao Sindipetro Bahia

Entidades do Fórum detalham a conclusão da Comissão Quadripartite e os próximos passos para dar fim aos PEDs

Mais de 1.300 participantes assistiram, no dia 22 de julho, ao programa ao vivo (live) com os representantes das entidades que integram o Fórum em Defesa dos Participantes e Assistidos da Petros. Durante o programa, os representantes apresentaram e detalharam as conclusões da Comissão Quadripartite, formada pelos representantes das entidades (FUP, FNP, Conttmaff, Fenasp e Am-

bep), da Petrobrás / Petros, da Sest e da Previc, assim como as próximas etapas para a definição de uma proposta para reduzir ou eliminar os atuais e futuros equacionamentos dos participantes e assistidos dos PPSPs pós-70, repactuados e não repactuados.

Na Comissão, foi definida a modelagem de um novo plano de previdência complementar, conforme 16 premissas que foram discutidas



no GT Petros, definidas por consenso no Seminário realizado pelas entidades do Fórum e validadas tecnicamente pela PREVIC e SEST.

O programa teve ainda o objetivo de mobilizar a categoria para a fase decisiva do processo: a definição do valor do acordo judicial com a direção da Petrobrás, me-

diante o parecer favorável do Tribunal de Contas da União (TCU). Esse valor irá garantir a redução ou eliminação dos atuais equacionamentos para os participantes e assistidos que migrarem para o novo plano.

Novo plano: proposta, garantias e diferenças

Segundo a modelagem definida na Comissão Quadripartite, o novo plano será de Contribuição Definida (CD), mas com as mesmas garantias dos atuais planos de Benefício Definido (BD), os PPSPs pós-70

Os representantes das entidades explicaram que, nessa modelagem, o plano não é um CD clássico como o PP-3. A conta individual no novo plano será calculada e formada à partir da transferência da reserva matemática individual e o respectivo patrimônio de cada participante e assistido acumulado no seu plano (PPSPs pós-70). Ao final da conta individual, o benefício de aposentadoria ou pensão, ou pecúlio, ou abono anual, será pago pelo FGBC, um fundo coletivo e mutualista, que terá responsabilidade paritária com a patrocinadora Petrobrás.

- Renda por tempo indeterminado corrigida anualmente pelo IPCA;
- Fundo Garantidor de Benefício Continuado (FGBC);
- Pecúlio e pensão por morte;
- Abono anual (13º benefício);
- Conta individual calculada de acordo com a expectativa de vida de cada participante e assistido;
- Ausência de contribuições mensais ou extraordinárias (novos PEDs) na conta individual;
- Benefício inicial da conta individual calculado de acordo com a reserva matemática individual (RMI) do plano de origem (PPSPs) ;
- Acréscimo no valor do benefício inicial decorrente do acordo judicial pago pela patrocinadora (Petrobrás);
- Paridade contributiva da patrocinadora Petrobrás e dos participantes no FGBC;
- Plano saldado e fechado para novos participantes.

Informação completa e transparente

A interação com o público que assistiu ao programa foi intensa, com muitas dúvidas que foram respondidas pelos representantes das entidades, sobre questões como a retirada de patrocínio, imposto de renda, carência e repactuação. Por isso, será lançada em breve uma Coletânea de Perguntas e Respostas nos sites da FUP e do Sindipetro-BA.

As direções das entidades também realizarão encontros presenciais para atender individualmente os(as) participantes e assistidos(as) sobre as vantagens e desvantagens da proposta, simulações de benefícios e riscos.

Ao final do programa, os representantes das entidades destacaram que a decisão final será sempre individual, mas baseada em informações confiáveis e transparentes e no compromisso coletivo de buscar uma alternativa justa para os(as) milhares de participantes e assistidos(as) que já sacrificaram sua renda por quase uma década.

Acordo judicial necessário com a patrocinadora Petrobrás

De acordo com os cálculos apresentados no programa ao vivo, seriam necessários cerca de R\$ 18 bilhões para garantir a extinção dos PEDs e manter os benefícios líquidos equivalentes aos atuais.

Os representantes da Petrobrás no GT Petros sinalizaram com um valor de R\$ 8,4 bilhões, mas que seriam pagos somente para o novo plano.

A proposta de acordo é que esse valor seja pago através

de uma transação judicial nas três ações coletivas ajuizadas pelas entidades (FUP / FNP, Fenaspe e Ambep) e duas da Petros.

O objetivo é que, ao invés de esperar por decisões judiciais incertas e demoradas, a patrocinadora Petrobrás, de acordo com o risco de condenação, pague parte da dívida que está sendo cobrada nessas ações.

TCU: o próximo desafio

Além do valor do acordo judicial, outra etapa a ser vencida será a mediação no TCU. A expectativa é que o tribunal avalie a proposta e apresente um parecer favorável, com base na vantajosidade para a Petrobrás (redução de passivos judiciais e maior previsibilidade financeira), apesar das restrições da atual legislação, que limita as suas contribuições nor-

mais e extraordinárias nos seus planos fechados de previdência complementar.

Esse parecer é necessário para que a direção da estatal possa definir o valor do acordo judicial e submeter à aprovação do Conselho de Administração - CA da empresa.

Grande ato no Rio de Janeiro pelo fim dos equacionamentos

Para que o benefício inicial, no novo plano, seja o mais próximo do benefício líquido, pago nos PPSPs pós-70, sem os atuais equacionamentos, é imprescindível que o valor do aporte da patrocinadora Petrobrás seja o maior possível. Portanto, as mobilizações da categoria e o diálogo com os diretores da empresa, os dirigentes dos três poderes do país e, principalmente, o apoio do presidente Lula será fundamental para atingir esse objetivo. Foi esse o chamado feito

ao final do programa ao vivo com os representantes das entidades do Fórum: a participação massiva no ato nacional, convocado para o dia 13 de agosto, a partir do meio-dia, em frente ao Edifício Senado (Edisen), no Rio de Janeiro, com caravanas de todos os cantos do país. Essa mobilização é decisiva para pressionar a direção da empresa e garantir que o plano seja de fato viável e atrativo. A participação de cada um(a) é fundamental para demonstrar a força



da categoria e a união em defesa da sua previdência complementar. O Sindipetro-BA já está organizando a caravana da Bahia que vai participar desse importante ato. Procure seu(ua) representante sindical e garanta sua vaga na caravana. Lembramos que a inscrição é restrita a associados e associadas ao sindicato. O Sindipetro-BA já está organizando a caravana da Bahia que vai participar desse importante ato. Caso tenha interesse, se inscreva acessan-

do o QR Code abaixo ou procure seu(ua) representante sindical. Lembramos que a inscrição é restrita a associados e associadas ao sindicato.

